

OIT – ESTUDOS DE CASO E NOVAS NORMATIVAS

Prof. Me. Leonardo Bernardes Guimarães

Advogado, Pesquisador e Consultor

Secretário da Comissão de Gás e Petróleo – OAB/Santos

CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Dentre as políticas está o auxílio a retirada de documentos básicos como a Carteira de Trabalho.
- Há também auxílio na busca do “primeiro emprego”.
- Convenção nº 97 da OIT, Trabalhadores Migrantes garante o acesso a um serviço gratuito que os possa auxiliar em suas demandas no novo País.



[Pós-Graduação](#) [Pesquisa](#) [Extensão](#) [Biblioteca](#) [Editora](#) [Internacional](#) [Editais](#)



CONVÊNIO CATÓLICA DE SANTOS-ACNUR (ONU)

A Universidade Católica de Santos é uma das instituições brasileiras que, desde dezembro de 2007, integra o grupo de universidades associadas ao Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello.

A cátedra visa difundir, por meio do ensino e da pesquisa, o Direito Internacional dos Refugiados. Visa, também, apoiar a integração de refugiados no País, por meio de programas educacionais e sociais de extensão voltados aos refugiados.

Tendo em vista o compromisso da Católica de Santos com a cátedra, o Acnur escolheu a Universidade para sediar o Primeiro Seminário Nacional da Cátedra Sergio Vieira de Mello, realizado no Campus D. Idílio José Soares, em junho de 2010. Em setembro de 2017, foi realizada a oitava edição do evento.

A cátedra é vinculada ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (Ipec).

CONTATO

E-mail: csvm@unisantos.br



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Sobre o assunto específico é possível trazer a tona a Convenção 143 da OIT Relativa às Migrações em Condições Abusivas e à Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes
- As ações sempre passam por ação conjunta entre Ministério Público e Poder Público.



Prefeitura de SP apresenta políticas de inclusão e integração de migrantes e refugiados

Publicado em 28/04/2017 Atualizado em 28/04/2017

TAMANHO DA LETRA + -



A prefeitura de São Paulo apresentou durante evento em Brasília as políticas que têm adotado para promover a inclusão e integração dos mais de 380 mil migrantes e refugiados que vivem na cidade.

“A cidade de São Paulo tem cada vez mais se consolidado como uma cidade solidária à acolhida de pessoas migrantes e refugiadas”, afirmou a representante da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) no Brasil, Isabel Marquez.

Agências da ONU no Brasil participaram do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável.



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Convenção 111 – Combate à Discriminação
- Este tema é foco de todas as esferas de Governo, mais especialmente no Governo Federal e Governos Estaduais

* Há uma forte atuação do Ministério Público do Paraná.



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

- A Lei nº 9.029/95 proíbe práticas discriminatórias pelos critérios expressamente relacionados - sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional e idade -, mas incluiu o termo “entre outros”, o que permite ao aplicador da lei a identificação de novos critérios e formas de discriminação.



The screenshot shows the website of the Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT), Secretaria de Inspeção do Trabalho. The page is titled "Perguntas e Respostas sobre Discriminação no Trabalho" and was published on Friday, December 28, 2018, at 13h25. The page features a navigation menu with various services such as "Cursos Gratuitos", "Galeria de Vídeos", "Manuais e Cartilhas", "Plantão Fiscal", "Como Denunciar", "Autuações, Multas e Recursos", "Consulta Processual", "Pagamento de Multas - Emissão de DARF", "Emissão de Certidões e Relação de Infrações", "Tire Suas Dúvidas", and "Legislação de SST". There is also a section for "ÁREA DO AUDITOR" with links to "Ambiente Virtual de Educação", "Sistemas e Downloads", and "SFITWeb". The main content area includes social media sharing options for Facebook, Twitter, Google+, and LinkedIn, and a "curtir" button with 18 mil likes. A large graphic with the word "DISCRIMINAÇÃO" repeated in various colors and fonts is displayed prominently.



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- Em 1957, foi adotada também a Convenção nº 105 da OIT, complementar à de nº 29, e que tratou da abolição do trabalho forçado como uma obrigação a ser imposta a todos os países membros daquela Organização. Da mesma forma, em 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) estabeleceu a proibição do trabalho escravo, em seu artigo 8º. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC, arts. 6º e 7º), a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW, arts. 6º e 11º), o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Criança, (art. 3º), o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (art. 7.2.c), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC, art. 32), a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (art. 11º) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD, art. 27.2) também trazem dispositivos no mesmo sentido. Em 1998, foi então adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento, documento que se consolidou como uma reafirmação universal do compromisso dos Estados Membros e da comunidade internacional em geral de respeitar, promover e aplicar de boa-fé os princípios fundamentais e direitos no trabalho, dentre os quais está elencada a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório. Mais recentemente, em 2014, o mundo testemunhou a adoção unânime de um Protocolo e uma Recomendação (nº 203) que complementam a Convenção nº 29 da OIT, fornecendo orientações específicas sobre medidas efetivas a serem tomadas pelos Estados Membros para eliminar todas as formas de trabalho forçado, proteger vítimas e assegurar-lhes acesso à justiça e compensação.



The screenshot shows the website of the Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. The header includes the logo of the assembly and the text 'ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo'. There are social media icons for Facebook, Twitter, LinkedIn, Instagram, YouTube, and a search bar. The main navigation menu includes 'Institucional', 'Deputados', 'Processo Legislativo', 'Comissões', 'Legislação', 'Documentação', 'Comunicação', and 'Transparência'. The article title is 'CPI do Trabalho Escravo aprova relatório final' with a subtitle 'Foram apresentados indicações, requerimentos e projetos de lei para coibir exploração criminosa'. The date is '22/10/2014 19:54' and the author is 'Da Redação: Keiko Ballone: Fotos: Márcia Yamamoto'. There are social sharing buttons for Facebook, Twitter, and Email. The main image shows a group of people in a meeting room, with a caption 'Leci Brandão e Carlos Bezerra Jr'. To the right, there is a section titled 'Notícias mais lidas' with a list of recent news items.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

19ª Legislatura - São Paulo, 21 de Março de 2019

Institucional Deputados Processo Legislativo Comissões Legislação Documentação Comunicação Transparência

Buscar no site

Início > Comunicação > Notícias

CPI do Trabalho Escravo aprova relatório final

Foram apresentados indicações, requerimentos e projetos de lei para coibir exploração criminosa

22/10/2014 19:54 | Da Redação: Keiko Ballone: Fotos: Márcia Yamamoto

Compartilhar Twitter E-mail



Leci Brandão e Carlos Bezerra Jr

Notícias mais lidas

- Deputados eleitos para a 19ª Legislatura tomam posse na Alesp
- Parlamentares elegem nova Mesa Diretora
- Alesp aprova reajuste do salário mínimo paulista
- Alesp aprova mudança da data de posse dos deputados
- Assembleia dá posse a novos parlamentares no próximo dia 15
- Infográfico traça panorama da nova Assembleia de São Paulo
- Entenda por que a Alesp dá posse aos novos deputados em março
- Deputados definem as lideranças partidárias
- Novo deputado toma posse na Alesp

A Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a exploração do trabalho análogo ao de escravo em atividades econômicas de caráter urbano e rural no âmbito do Estado de São Paulo aprovou nesta quarta-feira, 22/10, o relatório final dos trabalhos realizados ao longo de seis meses.



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- Após a aprovação de portaria, Brasil sofreu derrotas em âmbito internacional no combate ao Trabalho Escravo

DW Made for minds.

NOTÍCIAS MEDIATECA APRENDER ALEMÃO

MUNDO ALEMANHA **BRASIL** ECONOMIA CULTURA CIÊNCIA E SAÚDE TURISMO ESPORTE COLUNAS

NOTÍCIAS / BRASIL

BRASIL

Brasil deixa de ser referência no combate ao trabalho escravo, diz OIT

Organização Internacional do Trabalho condena novas regras para definir trabalho escravo e divulgar a chamada lista suja de empregadores. Ministério Público do Trabalho classifica medida de "retrocesso".

[f](#) [t](#) [w](#) [e](#) [+](#)



Data 17.10.2017

Assuntos relacionados [Michel Temer](#), [Brasil](#)

Palavras-chave [Michel Temer](#), [Ronaldo Nogueira](#), [Ministério do Trabalho](#), [Ministério Público do Trabalho](#), [Pastoral da Terra](#), [trabalho escravo](#), [escravidão](#), [Brasil](#), [OIT](#), [Organização Internacional do Trabalho](#)

[Envie seu comentário!](#)

Imprimir [Imprimir a página](#)

Link permanente
<https://p.dw.com/p/2m14U>



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- O Governo voltou atrás na definição de Trabalho Escravo.
- “Lista Suja” continuava em foco. Houve uma verdadeira guerra jurídica para sua publicação em 2018/2019.

<https://www.conjur.com.br/2017-dez-29/ministerio-trabalho-publica-portaria-trabalho-escravo>

A nova portaria foi publicada no [Diário Oficial da União](#) desta sexta-feira (29/12), assinada pelo ex-ministro Ronaldo Nogueira Oliveira, que, a pedido, foi exonerado nesta quinta-feira (28/12).

Portaria suspensa

O novo texto substitui portaria [publicada](#) pelo Ministério do Trabalho em outubro (Portaria MTB 1.129/2017), que foi suspensa pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, por violar a Constituição e acordos internacionais celebrados pelo Brasil.

A portaria de outubro alterou o conceito de trabalho escravo, exigindo, entre outras coisas, o cerceamento da liberdade de locomoção do trabalhador. A medida [dividiu](#) especialistas consultados pela **ConJur**.

No Supremo, ao menos duas ADIs foram protocoladas pedindo a suspensão da norma. Em uma delas, a ministra Rosa Weber concedeu a liminar, por entender que a portaria violava a Constituição.

A ministra explicou que a “escravidão moderna” é mais sutil e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Segundo ela, a violação do direito ao trabalho digno, com impacto na capacidade da vítima de fazer escolhas segundo a sua livre determinação, também significa reduzir alguém a condição análoga à de escravo.

“O ato de privar alguém de sua liberdade e de sua dignidade, tratando-o como coisa e não como pessoa humana, é repudiado pela ordem constitucional, quer se faça mediante coação, quer pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno”, disse a ministra na liminar.



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- “Criada em 2003, a **Lista Suja do Trabalho Escravo** era mantida a sete chaves dentro do **Ministério do Trabalho**. Nesta semana o ministro Alberto Bressiani do Tribunal Superior do Trabalho (TST) derrubou a liminar do Ministro Ives Gandra, que possibilitava ao governo não divulgação dos nomes das empresas e empresários que mantinham escravos trabalhando em pleno século XXI”.



The screenshot shows a website header with navigation links: INÍCIO, SOBRE O IHU, PROGRAMAS, NOTÍCIAS, PUBLICAÇÕES, EVENTOS, ESPIRITUALIDADE, and CONTATO. The logo for INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS and ADITAL is visible. A search bar with the text 'Buscar' and a magnifying glass icon is present. Below the header is a large image of a person's hands, with the text 'Sobre a Lista do Trabalho Escravo do Brasil' overlaid. The article title is 'REVISTA IHU ON-LINE' and the date is '25 Março 2017'. The article text reads: 'Criada em 2003, a **Lista Suja do Trabalho Escravo** era mantida a sete chaves dentro do **Ministério do Trabalho**. Nesta semana o ministro **Alberto Bressiani** do Tribunal Superior do Trabalho (TST) derrubou a liminar do Ministro **Ives Gandra**, que possibilitava ao governo não divulgação dos nomes das empresas e empresários que mantinham escravos trabalhando em pleno século XXI.' The article is published by 'Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida - OLMA, 24-03-2017.' There is also a sidebar with a small article snippet about 'Veganismo' and 'Edição: 532'.



CONDENAÇÃO INTERNACIONAL

- Os parâmetros definidos neste julgamento inaugural se tornam referência e, no futuro, formarão jurisprudência para situações e contenciosos semelhantes, no Brasil e nas Américas, especialmente para a definição do que deve ser considerado como responsabilidade e dever do Estado no enfrentamento à escravidão moderna e ao tráfico de pessoas. A sentença publicada inclui um exame detalhado da doutrina internacional sobre o tema da escravidão contemporânea, feito à luz da jurisprudência das mais altas Cortes internacionais (entre elas a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional), de maneira a chegar a uma formulação, atualizada e de amplo consenso, do que deve ser considerado como escravidão contemporânea.
- Constitui um avanço histórico a responsabilização internacional do Estado – brasileiro, neste caso. Responsabilização focada nas seguintes condutas violatórias:
 - violação ao direito a não ser submetido a escravidão e a tráfico de pessoas;
 - violação às garantias judiciais de devida diligência e de prazo razoável;
 - violação ao direito à proteção judicial;
 - violação ocorrida no marco de uma situação de discriminação estrutural histórica em razão da posição econômica.

Sul21

Início » CIDH condena Brasil em julgamento inédito por caso de escravidão moderna

CIDH condena Brasil em julgamento inédito por caso de escravidão moderna

Publicado em: dezembro 16, 2016

Like 0

f 0 Tweet



CONVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- Para Arantes, a reforma trabalhista, aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de abril, retira todos os direitos de trabalhadores autônomos e terceirizados, além de, por meio de negociações coletivas, possibilitar essa precarização dos assalariados.
- "Na reforma, não está listada como proibida a negociação coletiva para pactuar trabalho escravo, que, portanto, passa a ser permitido", alertou Arantes, ao abrir na conferência Brazil Forum a mesa que também reunia o diretor executivo do Banco Mundial para o Brasil, Otaviano Canuto, o copresidente do conselho de Administração do Itaú-Unibanco, Roberto Setúbal, e a economista da UFRJ e assessora econômica do Senado, Esther Dweck.
- <https://www.dw.com/pt-br/brasil-deixa-de-ser-refer%C3%Aancia-no-combate-ao-trabalho-escravo-diz-oit/a-40996538>



The image shows a screenshot of a news article from DW (Deutsche Welle). The article is in Portuguese and is titled "Ministra do TST diz que reforma trabalhista permite trabalho escravo". The author is Clarissa Neher, and the date is 14.05.2017. The article discusses the impact of the Brazilian labor reform, specifically mentioning that it allows for collective bargaining to be used to justify slave labor. The article is categorized under "CULTURA" and "NOTÍCIAS". There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Email, and a plus sign for more options. A permanent link is provided at the bottom right of the article content.

DW Made for minds. Pesquisar em NOTÍCIAS

NOTÍCIAS MEDiateca APRENDER ALEMÃO

MUNDO ALEMANHA BRASIL ECONOMIA CULTURA CIÊNCIA E SAÚDE TURISMO ESPORTE COLUNAS

NOTÍCIAS / CULTURA

CULTURA

Data 14.05.2017

Autoria Clarissa Neher (de Oxford)

Assuntos relacionados Reforma da Previdência

Palavras-chave reforma da previdência, reforma trabalhista

Envie seu comentário!

Imprimir Imprimir a página

Link permanente <https://p.dw.com/p/2cwrJ>

Em conferência em Oxford, Delaíde Arantes faz duras críticas à proposta aprovada pela Câmara. Projeto é defendido por diretor executivo do Banco Mundial. Reforma da Previdência também foi tema do debate.



POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

- São responsáveis pela implementação e execução da PNSST os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, sem prejuízo da participação de outros órgãos e instituições que atuem na área;



The screenshot shows the OPAS Brasil website. The header includes the OPAS logo and navigation links for 'Temas de Saúde', 'Projetos e Programas', 'Países e representações', and 'OPAS/OMS Brasil'. The main content area features a news article titled 'Lançada Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho'. The article text is as follows:

Lançada Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho

Ministro Carlos Lupi apresenta plano durante solenidade em memória às vítimas de acidentes de trabalho Brasília, 28/04/2011 - O Dia

Mundial em memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, 28 de abril, foi lembrado em solenidade no Ministério do Trabalho e Emprego, na manhã desta quinta-feira (28).

Participaram da homenagem representantes do Ministério da Previdência Social, da Saúde, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além autoridades e servidores dos órgãos.

Em seu discurso, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, disse que o Ministério do Trabalho e Emprego busca coibir, através de seus auditores fiscais, as práticas que podem vitimar trabalhadores, mas que empresários também precisam fazer sua parte.

"Os fiscais fazem a sua parte, mas falta a participação de muitos empresários, que não fornecem equipamentos de proteção e condições adequadas aos seus trabalhadores, para que os acidentes de trabalho sejam evitados. Estamos em busca de conscientizar empresários e trabalhadores sobre os acidentes", ressaltou o ministro.

Lupi também apresentou o Decreto que a presidente Dilma Rousseff irá assinar sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

"É uma política pública tripartite desenvolvida entre governo, representando pelos ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência, e trabalhadores e empregadores voltada para a prevenção de acidentes. Queremos chamar a atenção do Brasil para o problema porque normalmente as pessoas só se preocupam quanto tem algum familiar envolvido. Não se pode economizar esforços naquilo que significa vida e saúde do cidadão brasileiro".

Já o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Orestes Dalazen, mencionou em sua participação que o TST tem se preocupado com a questão e vai lançar campanha para ajudar na prevenção de futuros acidentes. "Necessitamos urgentemente de políticas voltadas para enfrentarmos esse problema. Não podemos medir esforços entre os poderes. A melhor forma de homenagear as vítimas é agindo. Vamos lançar uma campanha na próxima



POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

- A gestão participativa da PNSST cabe à Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CTSST que é constituída paritariamente por representantes do governo, trabalhadores e empregadores, conforme ato conjunto dos Ministros de Estado do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social.

INFORMATIVO DOU

Informativo da Confederação Nacional da Indústria Ano I - Número 358 - Novembro de 2011 - www.cni.org.br

DOU Nº 214, Seção 1, 08/11/2011

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4 da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2011; 190ª da Independência e 123ª da República.

DILMA ROUSSEFF
*Carlos Lupi
Alexandre Rocha Santos Padilha
Garibaldi Alves Filho*

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

OBJETIVO E PRINCÍPIOS

I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;

II - A PNSST tem por princípios:

a) universalidade;

b) prevenção;

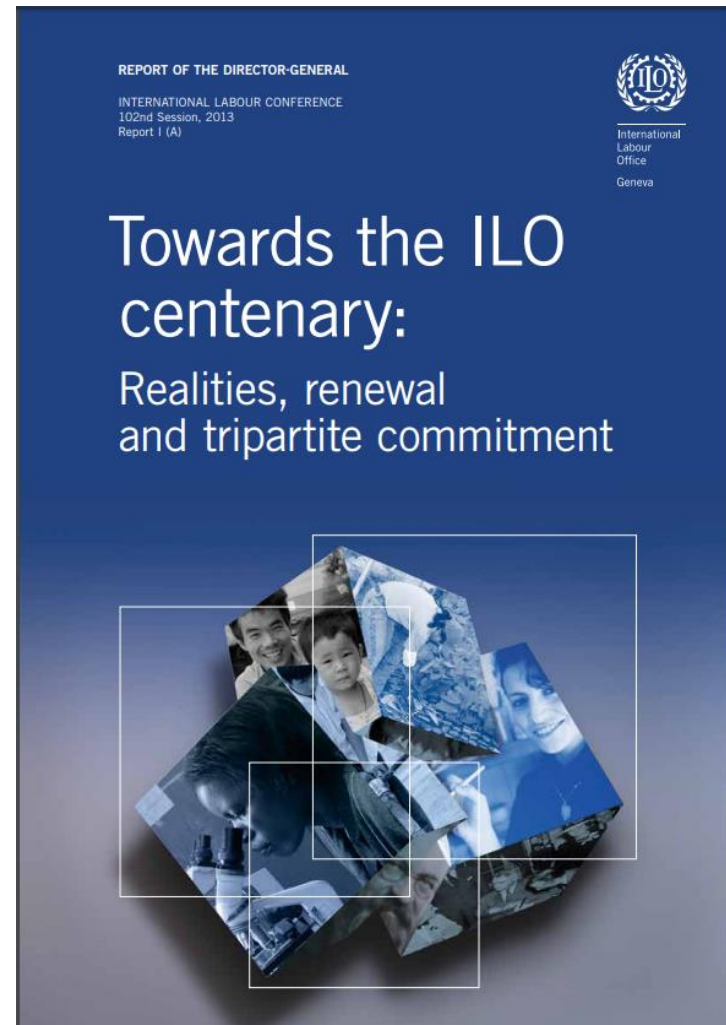


**NOVAS TENDÊNCIAS
NORMATIVAS E
REESTRUTURAÇÃO DA
OIT**



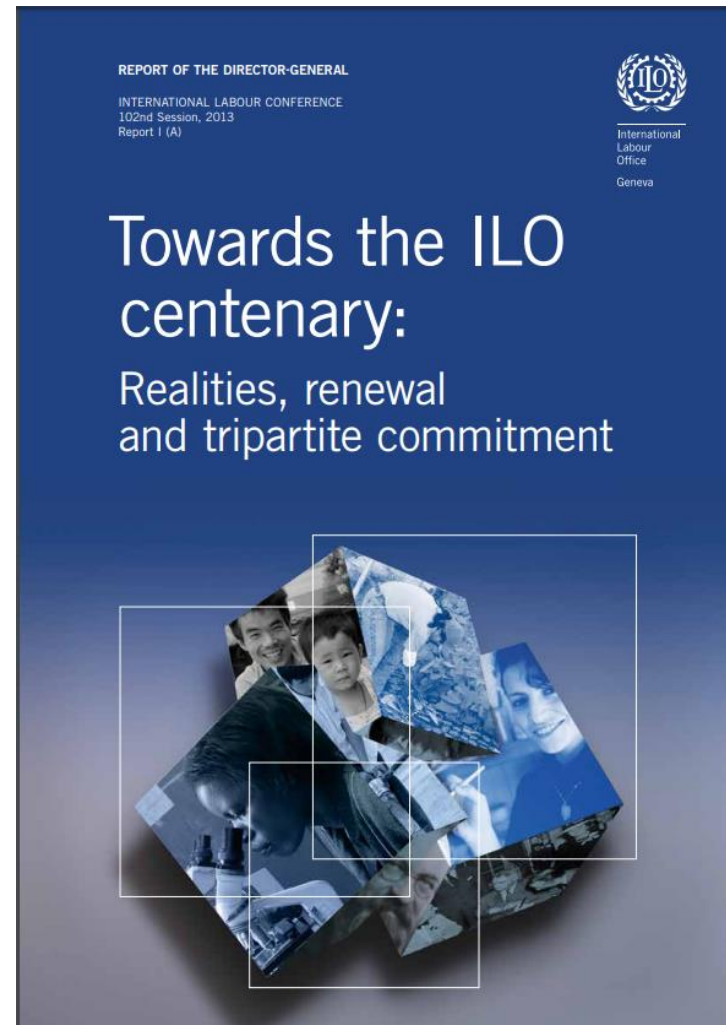
REESTRUTURAÇÃO

- Há um sentimento de que a mudança se dá de maneira mais rápida que a possibilidade de adaptação.
- As críticas não recaem somente na atuação, mas sobre os aspectos fundamentais da organização.



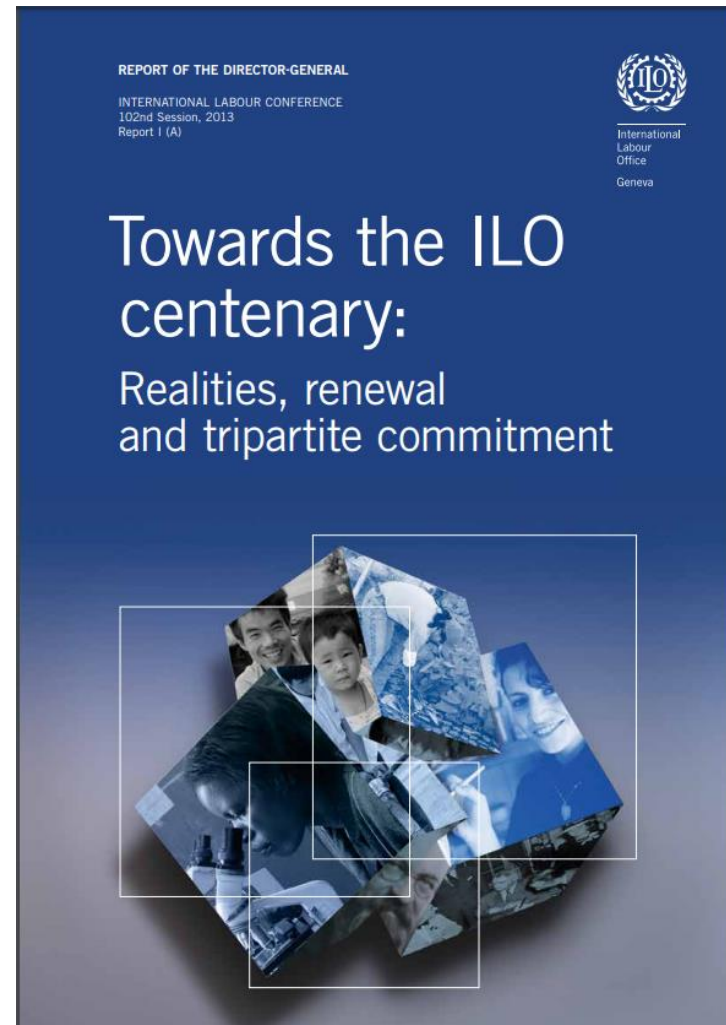
REESTRUTURAÇÃO

- Impacto da Mudança Demográfica.
- Transição para uma economia sustentável.
- Crescimento da presença da tecnologia.
- Diferenças nos parâmetros de pobreza e prosperidade.



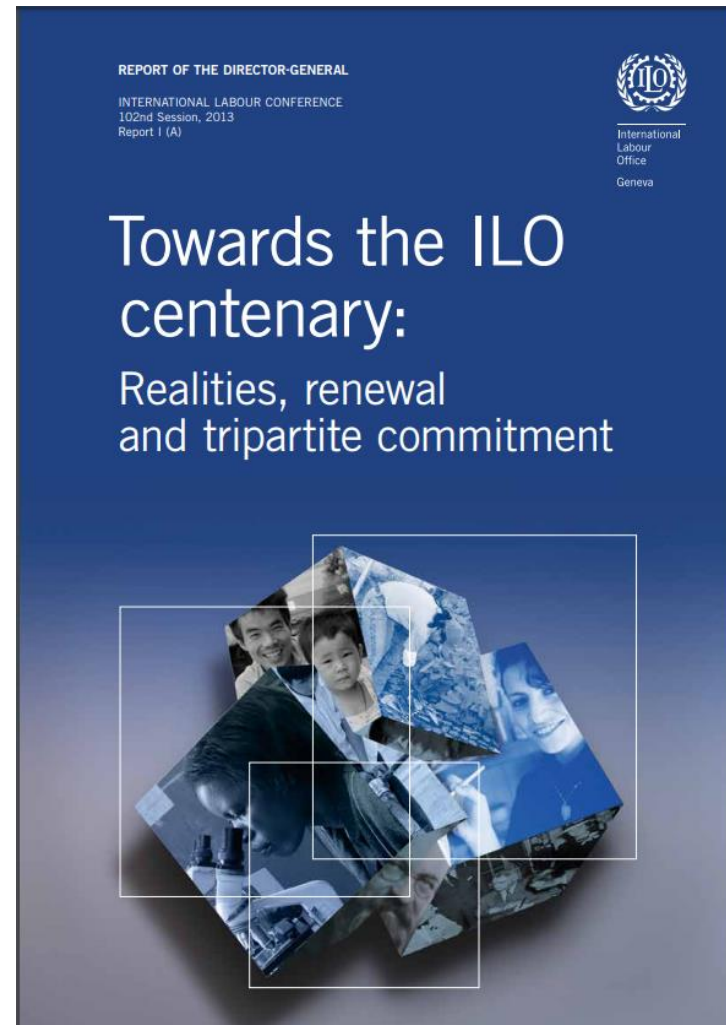
REESTRUTURAÇÃO

- Impacto da Mudança Demográfica.
- Transição para uma economia sustentável.
- Crescimento da presença da tecnologia.
- Diferenças nos parâmetros de pobreza e prosperidade.



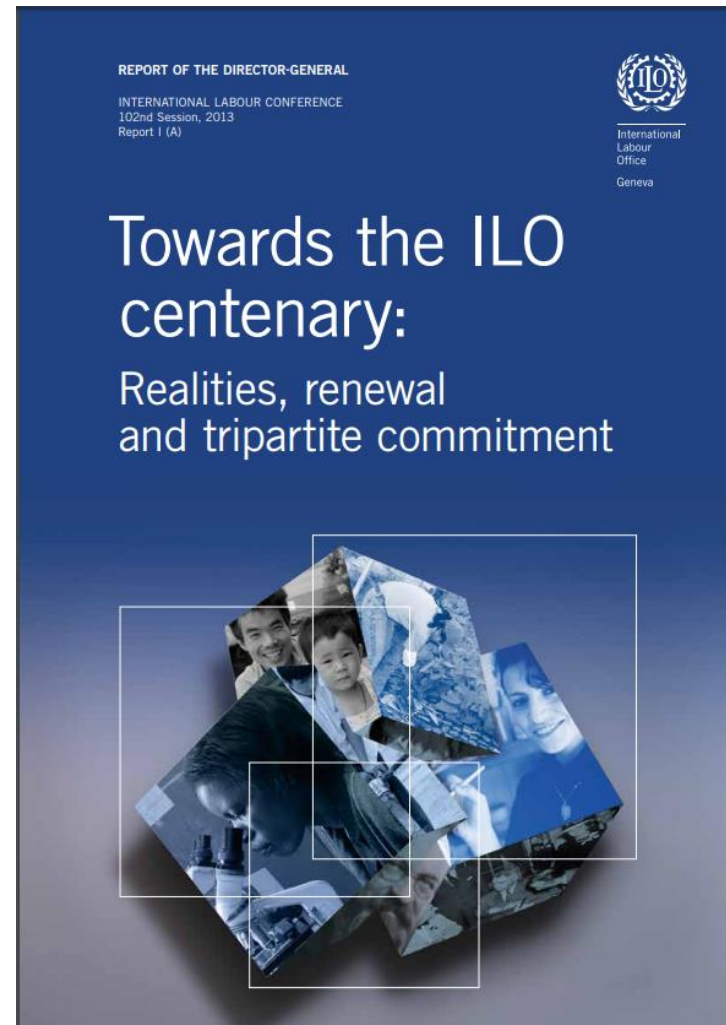
REESTRUTURAÇÃO

- Crescimento das desigualdades e injustiças.
- Mudança nas características de produção e emprego.



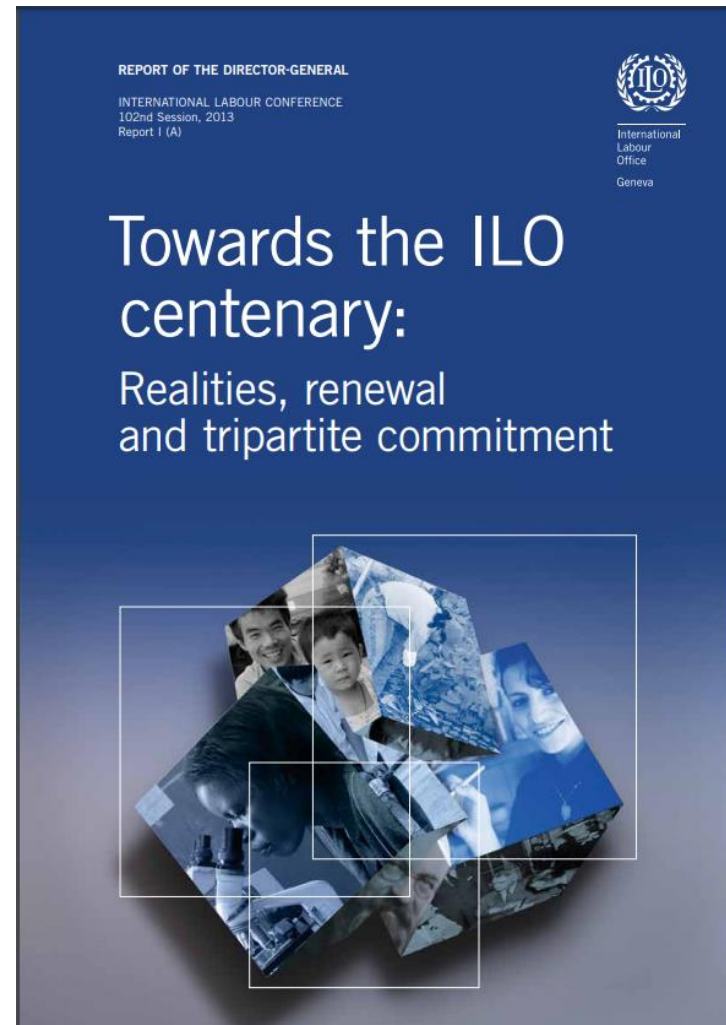
REESTRUTURAÇÃO

- “What everyone in the world wants is a good job”
 - Jim Clifton – Gallup CEO
- Enfrentar o aumento da segregação do trabalho, fragmentação no processo de produção, aumento da complexidade de multiplicação das cadeias de produção.



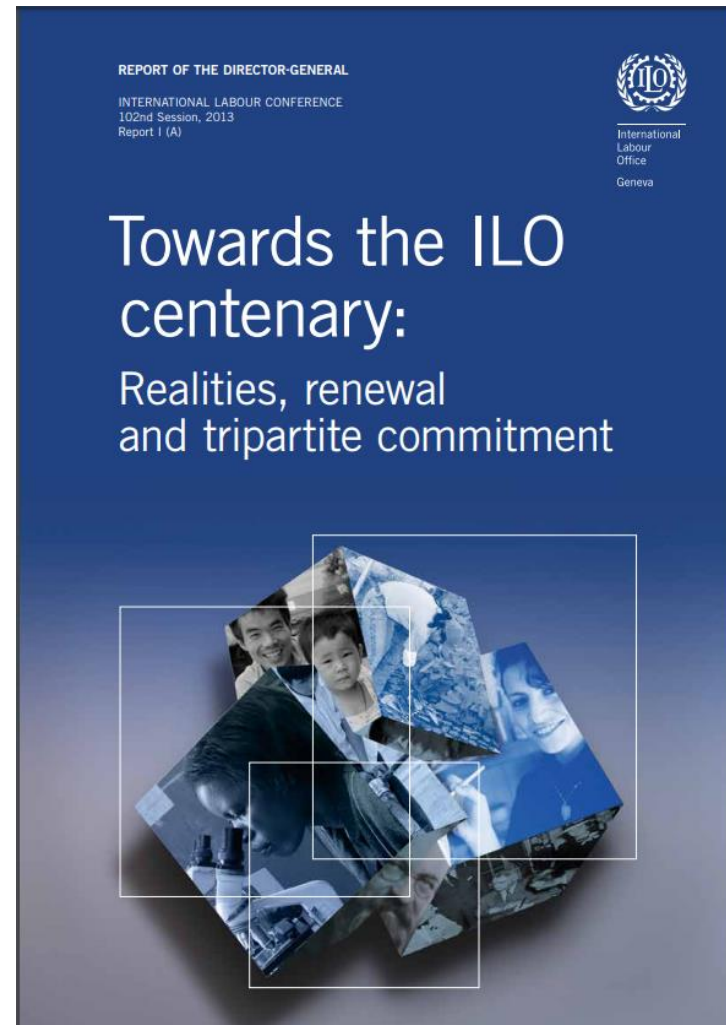
REESTRUTURAÇÃO

- “What everyone in the world wants is a good job”
- Jim Clifton – Gallup CEO
- Enfrentar o aumento da segregação do trabalho, fragmentação no processo de produção, aumento da complexidade de multiplicação das cadeias de produção.



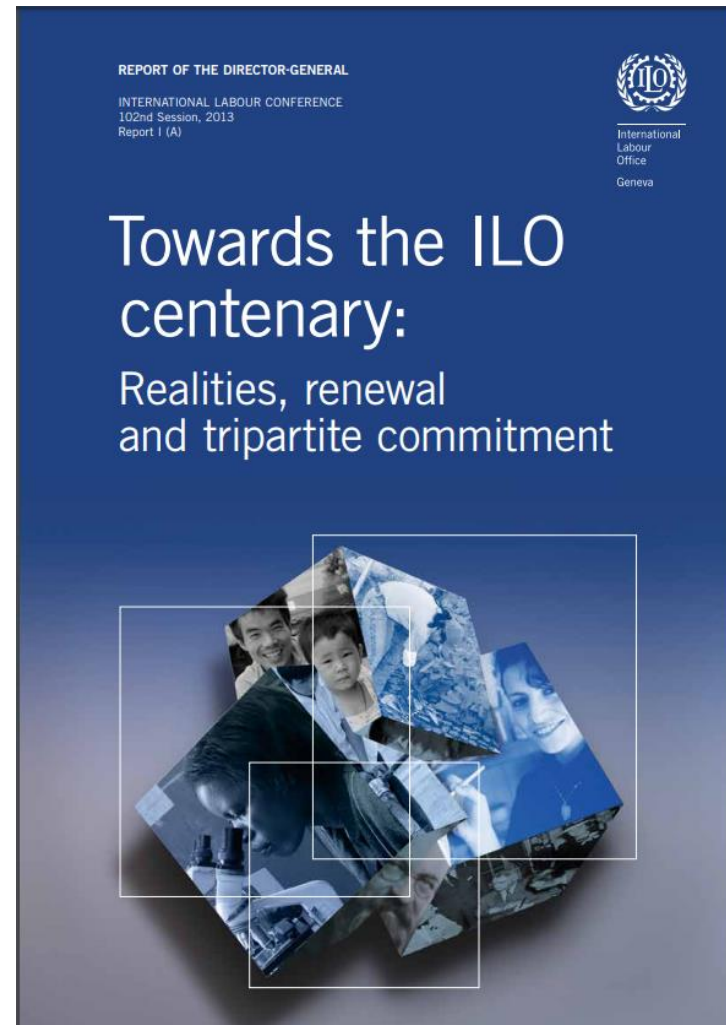
REESTRUTURAÇÃO

- Estreitar o relacionamento com as empresas.
- Focar nas questões sociais e acessórias ao Trabalho Decente.
- Renovar o compromisso tripartite.
- Enfrentar as questões limitantes da sua comissão para aplicação das normas.



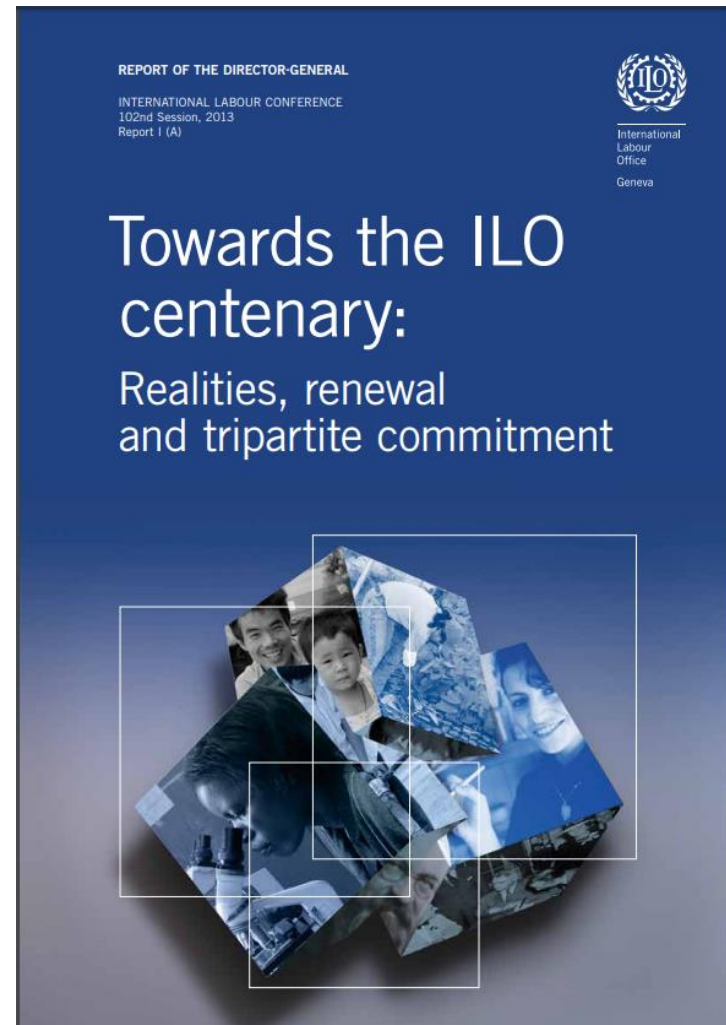
REESTRUTURAÇÃO

- Estreitar o relacionamento com as empresas.
- Focar nas questões sociais e acessórias ao Trabalho Decente.
- Renovar o compromisso tripartite.
- Enfrentar as questões limitantes da sua comissão para aplicação das normas.



REESTRUTURAÇÃO

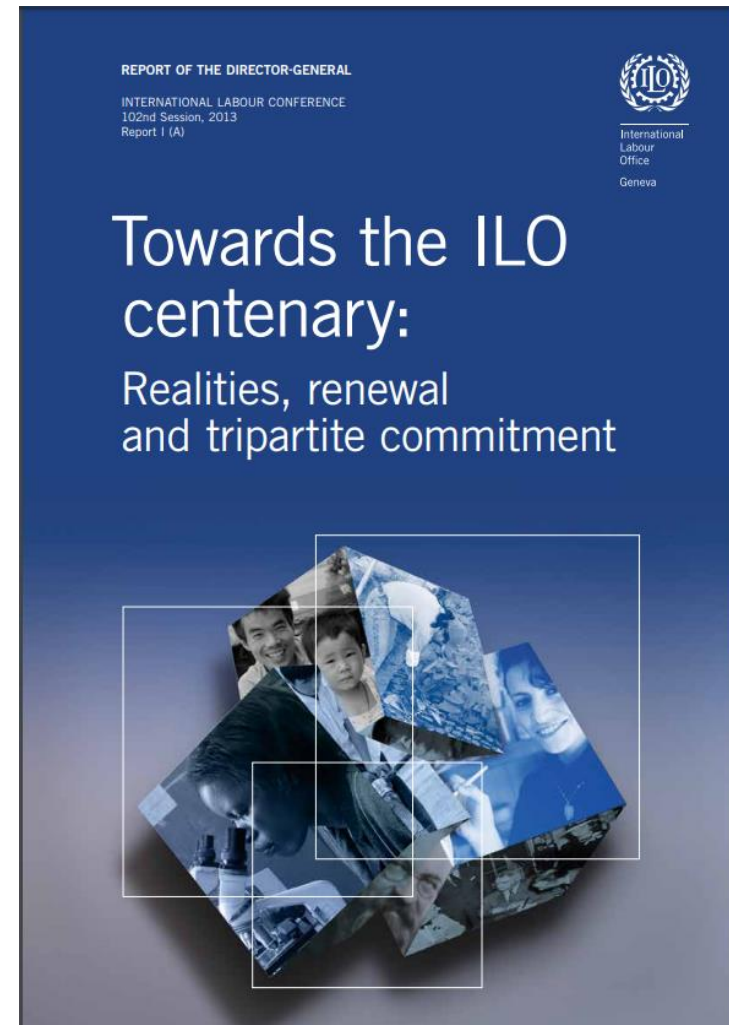
- Formalização da economia informal.
- Aumentar a proteção ao trabalho rural.



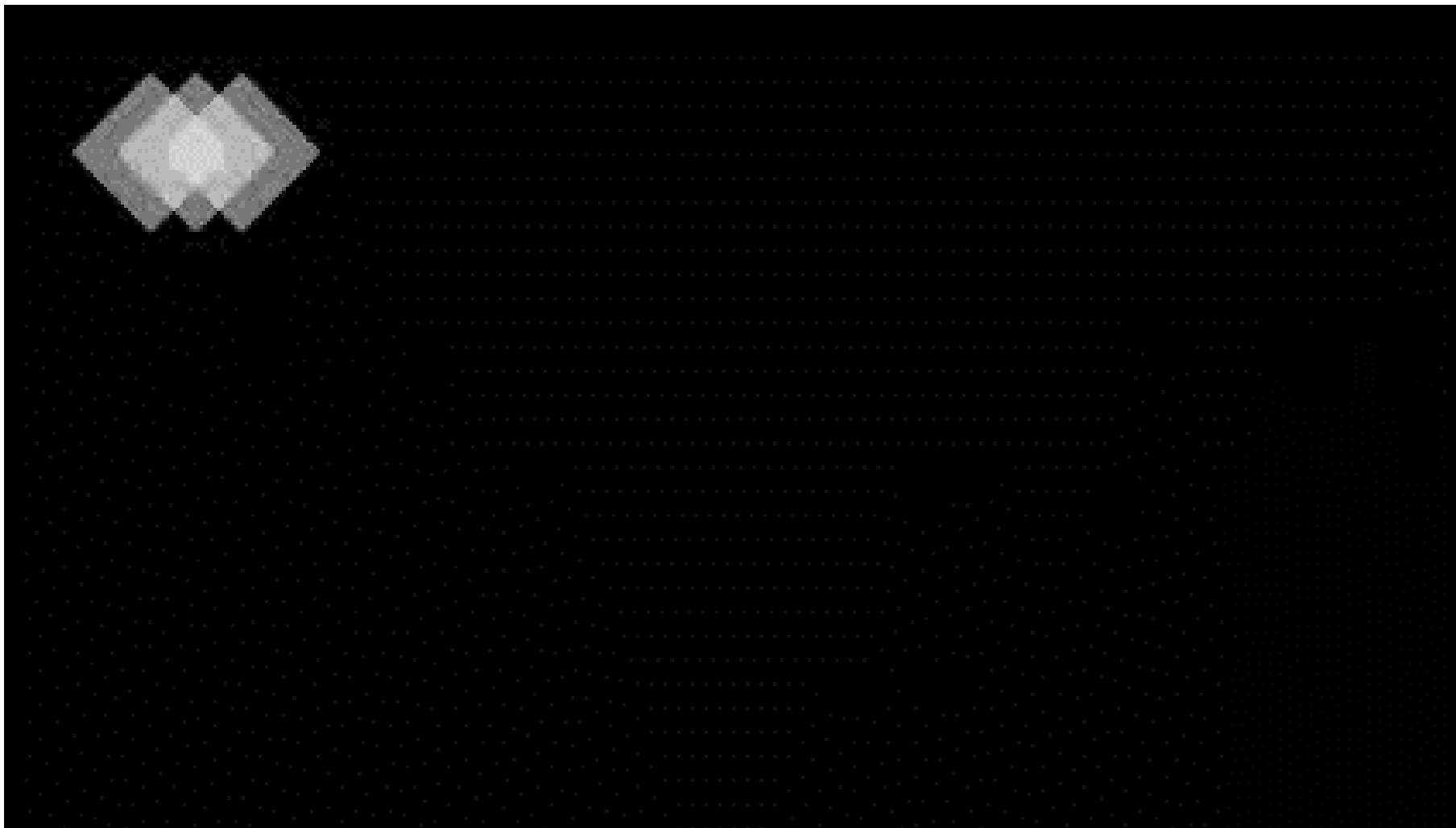
REESTRUTURAÇÃO

155. Seven ideas for ILO centenary initiatives are proposed:

- (1) **the governance initiative** to complete reform of the ILO's governance structures, to undertake the evaluation of the impact of the 2008 Declaration as set out in its final provisions, and to act on its findings;
- (2) **the standards initiative** to consolidate tripartite consensus on an authoritative supervisory system and to enhance the relevance of international labour standards through a standards review mechanism;
- (3) **the green initiative** to give practical application to the decent work dimension of the transition to a low-carbon, sustainable development path and to facilitate the tripartite contribution to it;
- (4) **the enterprises initiative** to establish a platform for ILO engagement with enterprises which would contribute to their sustainability and to ILO goals;
- (5) **the end to poverty initiative** to meet the urgent requirement for an adequate living wage for all workers, including through the employment and social protection components of the post-2015 development agenda;
- (6) **the women at work initiative** to survey the place and conditions of women in the world of work and engage tripartite constituents in concrete action to realize equality of opportunity and treatment; and
- (7) **the future of work initiative** to establish an advisory panel on the future of work, whose report would be available for discussion at the 2019 centenary session of the International Labour Conference.



REESTRUTURAÇÃO



AS SETE INICIATIVAS

In 2019, the International Labour Organization (ILO) celebrates its 100th anniversary. [Learn more >](#)

français | español

 International Labour Organization **100**

Advancing social justice, promoting decent work
ILO is a specialized agency of the United Nations

Countries Topics Sectors Search ilo.org

Home About the ILO Newsroom Meetings and events Publications Research Labour standards Statistics and databases Contact Us

Mission and impact >
How the ILO works > [+]
History of the ILO >
ILO Newsroom > [+]
Multimedia >
Employment opportunities >
Procurement >

ILO home > About the ILO > History of the ILO > La iniciativa para poner fin a la pobreza ...

La iniciativa para poner fin a la pobreza

Promover una respuesta multidimensional a través del mundo del trabajo, los mercados laborales y la protección social y del empleo a fin de erradicar la pobreza en el mundo.

La iniciativa para poner fin a la pobreza fue específicamente concebida como el instrumento para llevar adelante el trabajo de la OIT en su acción a favor de la [Agenda 2030 de desarrollo sostenible](#) >. La Agenda 2030 es universal y abarca todas las dimensiones del desarrollo sostenible. Reconoce la erradicación de la pobreza en todas sus formas y dimensiones, incluida la pobreza extrema, como el mayor desafío mundial y una condición indispensable para el desarrollo sostenible.

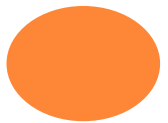
Tools 

This content is available in
[English](#) > [français](#) >

A A+ A++  Print >

Share this content

ex.htm



AS SETE INICIATIVAS

[Las mujeres en el trabajo: Tendencias 2016](#) > informe, presenta una visión general de la situación actual de las mujeres en el mundo del trabajo y de los progresos alcanzados en los últimos 20 años. Contiene además un análisis exhaustivo de las disparidades de género en el mundo del trabajo y examina las principales políticas que impulsan el cambio transformador en las relaciones de género. La discusión y las recomendaciones se centran en tres grandes ámbitos: la segregación profesional y sectorial, la disparidad salarial entre mujeres y hombres y las deficiencias en el marco político para la integración familia/trabajo.

[Perspectivas sociales y del empleo: Tendencias del empleo femenino 2017](#) >, actualiza las tendencias del mercado laboral e incluye previsiones hasta 2021 en base a las tendencias actuales. Además, pone de manifiesto los importantes beneficios económicos que se obtendrían si la meta del G20 de reducir de 25 por ciento para 2025 la disparidad en las tasas de participación entre mujeres y hombres en el mercado laboral fuese alcanzada a nivel mundial.

[Transformación de las mujeres en el trabajo en Asia: Una agenda de desarrollo sin concluir](#) >, destaca los desafíos que las mujeres enfrentan en Asia para lograr el acceso al trabajo decente y formula importantes recomendaciones en materia de políticas.

[La mujer en la gestión empresarial: Cobrando impulso](#) >, ofrece un cuadro exhaustivo de las mujeres en el mundo empresarial y en puestos directivos. A pesar de las medidas dirigidas a romper el techo de cristal, las mujeres todavía enfrentan grandes obstáculos para ocupar cargos directivos. Un [informe sobre Asia](#) > fue presentado en una conferencia regional en Singapur en julio 2015 y el [informe MENA](#) > fue lanzado en Omán en febrero 2016. En Lima, tuvo lugar una conferencia para las Américas y el Caribe en mayo 2017, y fue publicado un

The screenshot shows the ILO website interface. At the top, there is a red banner with the text "In 2019, the International Labour Organization (ILO) celebrates its 100th anniversary. [Learn more >](#)". Below this is the ILO logo and the text "International Labour Organization" and "100". To the right, it says "Advancing social justice, promoting decent work" and "ILO is a specialized agency of the United Nations". There are language options for "français" and "español". A navigation menu includes "Home", "About the ILO", "Newsroom", "Meetings and events", "Publications", "Research", "Labour standards", "Statistics and databases", and "Contact Us". A search bar is also present. On the left, there is a sidebar with links: "Mission and impact >", "How the ILO works > [+]", "History of the ILO >", "ILO Newsroom > [+]", "Multimedia >", "Employment opportunities >", and "Procurement >". The main content area features a breadcrumb trail: "ILO home > About the ILO > History of the ILO > La iniciativa relativa a las mujeres en el trabajo ...". The article title is "La iniciativa relativa a las mujeres en el trabajo". Below the title, there is a short paragraph: "La Iniciativa del centenario relativa a las mujeres en el trabajo tiene por objetivo comprender mejor, y abordar, los motivos por los cuales han sido tan lentos los progresos en hacer realidad el trabajo decente para las mujeres, y qué es necesario hacer a fin de garantizar un futuro mejor para las mujeres en el trabajo." At the bottom right, there is a "Tools" section with a language selection dropdown and a note: "This content is available in".



AS SETE INICIATIVAS

Elaborar respuestas políticas del mundo del trabajo

La Iniciativa verde se basa en el existente [Programa empleos verdes](#) > e integra los programas por país de la OIT y sus resultados estratégicos a fin de catalizar las actividades de la OIT en cuatro grandes ámbitos:

- A nivel mundial, refuerza la posición de la OIT como centro mundial de excelencia en lo que se refiere a las implicaciones actuales y futuras para el mundo del trabajo, el cambio climático y la transición hacia una economía más verde.
- A nivel nacional, permite que los países adopten e implementen políticas sociales y de empleo en apoyo a los compromisos nacionales sobre cambio climático, utilizando el Marco de políticas para una transición justa y las [relativas Directrices de política de la OIT](#) >. El trabajo ha comenzado en países como [Filipinas](#) > y [Uruguay](#) >.
- A nivel sectorial y de empresas, incorpora los valores fundamentales y los enfoques prácticos de la OIT en los marcos políticos de preservación del medio ambiente a nivel mundial, regional, sectorial e industrial.
- A nivel de políticas y prácticas de la OIT, mejorará la comprensión de los Estados miembros, los interlocutores sociales, las agencias pertinentes de la ONU y los socios internacionales acerca de la importancia del empleo, la protección social y la equidad para la transición hacia una economía más respetuosa del medio ambiente.

La Iniciativa verde es además un medio eficaz para extender las asociaciones estratégicas, como con la Secretaría de la [Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático \(CMCCNU\)](#) ↗ la [Alianza para la acción hacia una economía verde \(PAGE\)](#) > y otras iniciativas mundiales.

In 2019, the International Labour Organization (ILO) celebrates its 100th anniversary. [Learn more >](#)

français | español

International Labour Organization 100

Advancing social justice, promoting decent work
ILO is a specialized agency of the United Nations

Countries Topics Sectors Search ilo.org

Home About the ILO Newsroom Meetings and events Publications Research Labour standards Statistics and databases Contact Us

Mission and impact >
How the ILO works > [+]
History of the ILO >
ILO Newsroom > [+]
Multimedia >
Employment opportunities >
Procurement >

ILO home > About the ILO > History of the ILO > La Iniciativa verde ...

La Iniciativa verde

La Iniciativa verde aspira a ampliar los conocimientos, las respuestas políticas y las capacidades de la OIT a fin de lograr una transición justa hacia un futuro sostenible con bajas emisiones de carbono.

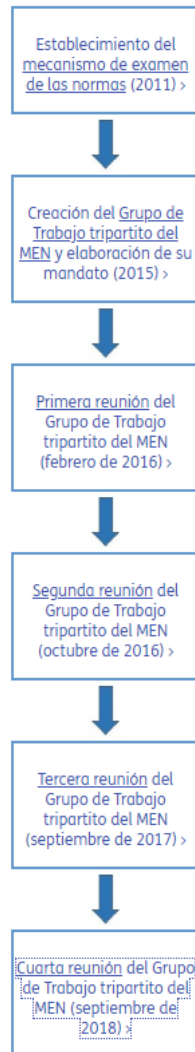
El cambio climático ya está afectando profundamente las economías, las empresas, los trabajadores y la sociedad en general. El cambio climático y la respuesta necesaria – la transformación hacia modelos de producción y consumo sostenibles – han pasado a ser factores esenciales que deben ser tomados en cuenta para promover el empleo pleno y productivo y el trabajo decente para todos.



El mandato de la OIT de promoción de la justicia social precisa que la



AS SETE INICIATIVAS



In 2019, the International Labour Organization (ILO) celebrates its 100th anniversary. [Learn more >](#)

français | español

International Labour Organization **100**

Advancing social justice, promoting decent work
ILO is a specialized agency of the United Nations

Countries Topics Sectors Search ilo.org

Home About the ILO Newsroom Meetings and events Publications Research Labour standards Statistics and databases Contact Us

- Mission and impact >
- How the ILO works > [+]
- History of the ILO >
- ILO Newsroom > [+]
- Multimedia >
- Employment opportunities >
- Procurement >

ILO home > About the ILO > History of the ILO > La iniciativa relativa a las normas ...

La iniciativa relativa a las normas

El objetivo de la iniciativa relativa a las normas es mejorar la pertinencia de las normas internacionales del trabajo a través del mecanismo de examen de las normas y consolidar el consenso tripartito en torno a un sistema de control reconocido.

La Iniciativa relativa a las normas es una de las [siete iniciativas del centenario](#) que se aplicarán antes de la celebración del centenario de la OIT en 2019.

Su objetivo es doble. Su finalidad es:

- mejorar la pertinencia de las normas internacionales del trabajo a través del mecanismo de examen de las normas, y

Tools

This content is available in

[English >](#) [français >](#)

[A](#) [A+](#) [A++](#) [Print >](#)



AS SETE INICIATIVAS

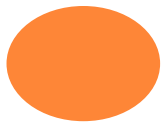
Elaborar respuestas políticas del mundo del trabajo

La Iniciativa verde se basa en el existente [Programa empleos verdes](#) > e integra los programas por país de la OIT y sus resultados estratégicos a fin de catalizar las actividades de la OIT en cuatro grandes ámbitos:

- A nivel mundial, refuerza la posición de la OIT como centro mundial de excelencia en lo que se refiere a las implicaciones actuales y futuras para el mundo del trabajo, el cambio climático y la transición hacia una economía más verde.
- A nivel nacional, permite que los países adopten e implementen políticas sociales y de empleo en apoyo a los compromisos nacionales sobre cambio climático, utilizando el Marco de políticas para una transición justa y las [relativas Directrices de política de la OIT](#) >. El trabajo ha comenzado en países como [Filipinas](#) > y [Uruguay](#) >.
- A nivel sectorial y de empresas, incorpora los valores fundamentales y los enfoques prácticos de la OIT en los marcos políticos de preservación del medio ambiente a nivel mundial, regional, sectorial e industrial.
- A nivel de políticas y prácticas de la OIT, mejorará la comprensión de los Estados miembros, los interlocutores sociales, las agencias pertinentes de la ONU y los socios internacionales acerca de la importancia del empleo, la protección social y la equidad para la transición hacia una economía más respetuosa del medio ambiente.

La Iniciativa verde es además un medio eficaz para extender las asociaciones estratégicas, como con la Secretaría de la [Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático \(CMCCNU\)](#) > la [Alianza para la acción hacia una economía verde \(PAGE\)](#) > y otras iniciativas mundiales.

The screenshot shows the ILO website interface. At the top, there is a red banner for the 100th anniversary. The main header includes the ILO logo and the text 'Advancing social justice, promoting decent work'. Below the header is a navigation menu with options like 'Home', 'About the ILO', 'Newsroom', etc. The main content area features a breadcrumb trail: 'ILO home > About the ILO > History of the ILO > La iniciativa relativa a las empresas ...'. The title 'La iniciativa relativa a las empresas' is prominently displayed. Below the title, there is a sub-header: 'Establecer una plataforma de colaboración entre la OIT y las empresas que contribuya a su sostenibilidad y a la consecución de los objetivos de la OIT.' The main text describes the initiative as one of seven centenary initiatives launched in 2013, aimed at capitalizing on the experience of collaboration with companies. It mentions that the private sector has a fundamental role in professional development and wealth creation. A 'Tools' section offers language options (English, français) and social sharing icons. At the bottom, there is a small image showing three people in a meeting.



AS SETE INICIATIVAS

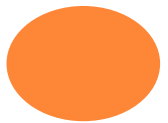
Fue establecido por el Consejo de Administración en [noviembre de 2011](#) >, pero empezó a ser operativo en una etapa posterior, en 2015, gracias a dos decisiones:

- una decisión en [marzo de 2015](#) > del Consejo de Administración que estableció un grupo de trabajo tripartito sobre el MEN compuesto por 32 miembros (16 representantes de los Gobiernos, ocho representantes de los Empleadores y ocho representantes de los Trabajadores);
- una decisión en [noviembre de 2015](#) > para adoptar los términos de referencia del Grupo de Trabajo tripartito sobre el mecanismo de examen de las normas.

El Grupo de Trabajo tripartito sobre el mecanismo de examen de las normas tiene el [mandato](#) >de examinar las normas internacionales del trabajo de la OIT con miras a formular recomendaciones para el Consejo de Administración acerca de:

- la situación de los instrumentos examinados: los instrumentos «actualizados», los instrumentos «que requieren medidas adicionales para asegurar su relevancia continua y futura» y los instrumentos «superados»;
- la identificación de lagunas en materia de cobertura, con inclusión de las que requieren la adopción de nuevas normas;
- medidas prácticas de seguimiento con plazos definidos, cuando proceda.

The screenshot shows the ILO website interface. At the top, there is a red banner with the text 'In 2019, the International Labour Organization (ILO) celebrates its 100th anniversary. Learn more >'. Below this is the ILO logo and the text 'International Labour Organization' and '100'. The main navigation bar includes 'Home', 'About the ILO', 'Newsroom', 'Meetings and events', 'Publications', 'Research', 'Labour standards', 'Statistics and databases', and 'Contact Us'. A search bar is located on the right side of the navigation bar. The main content area features a breadcrumb trail: 'ILO home > About the ILO > History of the ILO > La iniciativa relativa a las normas ...'. The title of the page is 'La iniciativa relativa a las normas'. The text below the title states: 'El objetivo de la iniciativa relativa a las normas es mejorar la pertinencia de las normas internacionales del trabajo a través del mecanismo de examen de las normas y consolidar el consenso tripartito en torno a un sistema de control reconocido.' There is a 'Tools' section with a gear icon and a language selector (English > français >). Below this, there is a section for 'Share this content' with social media icons for Facebook, Twitter, and Google+. The page also includes a 'Mission and impact >' sidebar with links to 'How the ILO works >', 'History of the ILO >', 'ILO Newsroom >', 'Multimedia >', 'Employment opportunities >', and 'Procurement >'. At the bottom of the page, there is a small image showing three people in a meeting.



AS SETE INICIATIVAS

La reforma de la Conferencia Internacional del Trabajo

Los principales objetivos de la reforma de la Conferencia Internacional del Trabajo son: reforzar la Conferencia como órgano supremo de la OIT para la formulación de políticas; responder mejor a las necesidades de los mandantes y de la comunidad internacional; garantizar la eficiencia, transparencia y coherencia de la Conferencia; y mejorar su visibilidad y su autoridad al debatir las cuestiones contemporáneas relevantes que afectan el mundo del trabajo.

Algunas medidas fueron probadas durante las reuniones de 2013 y 2014 de la Conferencia, y una reunión reducida de tres a dos semanas fue experimentada y progresivamente mejorada en las reuniones de 2015, 2016 y 2017 de la Conferencia. En noviembre 2016, el Consejo de Administración examinó un conjunto de proyectos de enmiendas del Reglamento de la Conferencia a fin de permitir su funcionamiento eficaz en el formato reducido de dos semanas, así como las nuevas enmiendas dirigidas a modernizar y simplificar el Reglamento. El Consejo de Administración examinará de nuevo estas enmiendas en noviembre 2017 y estudiará otros ámbitos donde podría haber margen para introducir mejoras.

En noviembre 2014, el Consejo de Administración adoptó un enfoque estratégico y coherente del establecimiento del orden del día de la Conferencia para las reuniones de 2017 a 2019. Actualmente está en curso una reflexión sobre si mantener este enfoque para fijar el orden del día de las reuniones de la Conferencia después de 2019.

Evaluar el impacto de la Declaración de la OIT sobre la justicia social para una globalización equitativa

La Declaración de la OIT sobre la justicia social para una globalización equitativa, adoptada en 2008, expresa una visión contemporánea y dinámica del mandato de la OIT y de sus objetivos en la era de la globalización. En 2016, la Conferencia Internacional del Trabajo evaluó las medidas adoptadas para promover la implementación de la Declaración y su impacto. Un informe de la Oficina titulado "Promover la justicia social: Evaluación de las repercusiones de la Declaración de la OIT sobre la justicia social para una globalización equitativa"

The screenshot shows the top section of the ILO website. At the top, a red banner reads "In 2019, the International Labour Organization (ILO) celebrates its 100th anniversary. Learn more >". Below this is a dark blue header with the ILO logo and the text "International Labour Organization 100". To the right, it says "Advancing social justice, promoting decent work" and "ILO is a specialized agency of the United Nations". There are language options for "français" and "español". A search bar contains "Search ilo.org". A navigation menu includes "Home", "About the ILO", "Newsroom", "Meetings and events", "Publications", "Research", "Labour standards", "Statistics and databases", and "Contact Us".

Mission and impact >
How the ILO works > [+]
History of the ILO >
ILO Newsroom > [+]
Multimedia >
Employment opportunities >
Procurement >

ILO home > About the ILO > History of the ILO > La Iniciativa sobre la gobernanza ...

La Iniciativa sobre la gobernanza

La Iniciativa sobre la Gobernanza tiene por objetivo completar la reforma de las estructuras de gobernanza de la OIT, llevar a cabo una evaluación de impacto de la Declaración sobre la justicia social de 2008 y actuar en función de las conclusiones y los resultados de esa evaluación. La Iniciativa tiene cuatro componentes descritos a continuación:

La reforma del Consejo de Administración

La reforma del Consejo de Administración tiene por objetivo ampliar la participación de todos los miembros del Consejo de Administración en sus deliberaciones, en los procesos de toma de decisiones y de establecimiento del orden del día, así como incrementar la transparencia a través de consultas regulares, y mejorar el seguimiento de las decisiones tomadas por el Consejo de Administración. Un conjunto de reformas fue adoptado en marzo 2011 y sucesivamente fue revisado en 2014 y 2015. La reforma se basa en cuatro pilares:

- Racionalizar la estructura del Consejo de Administración;
- Mejorar el mecanismo de fijación del orden del día;

Tools

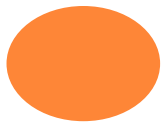
This content is available in

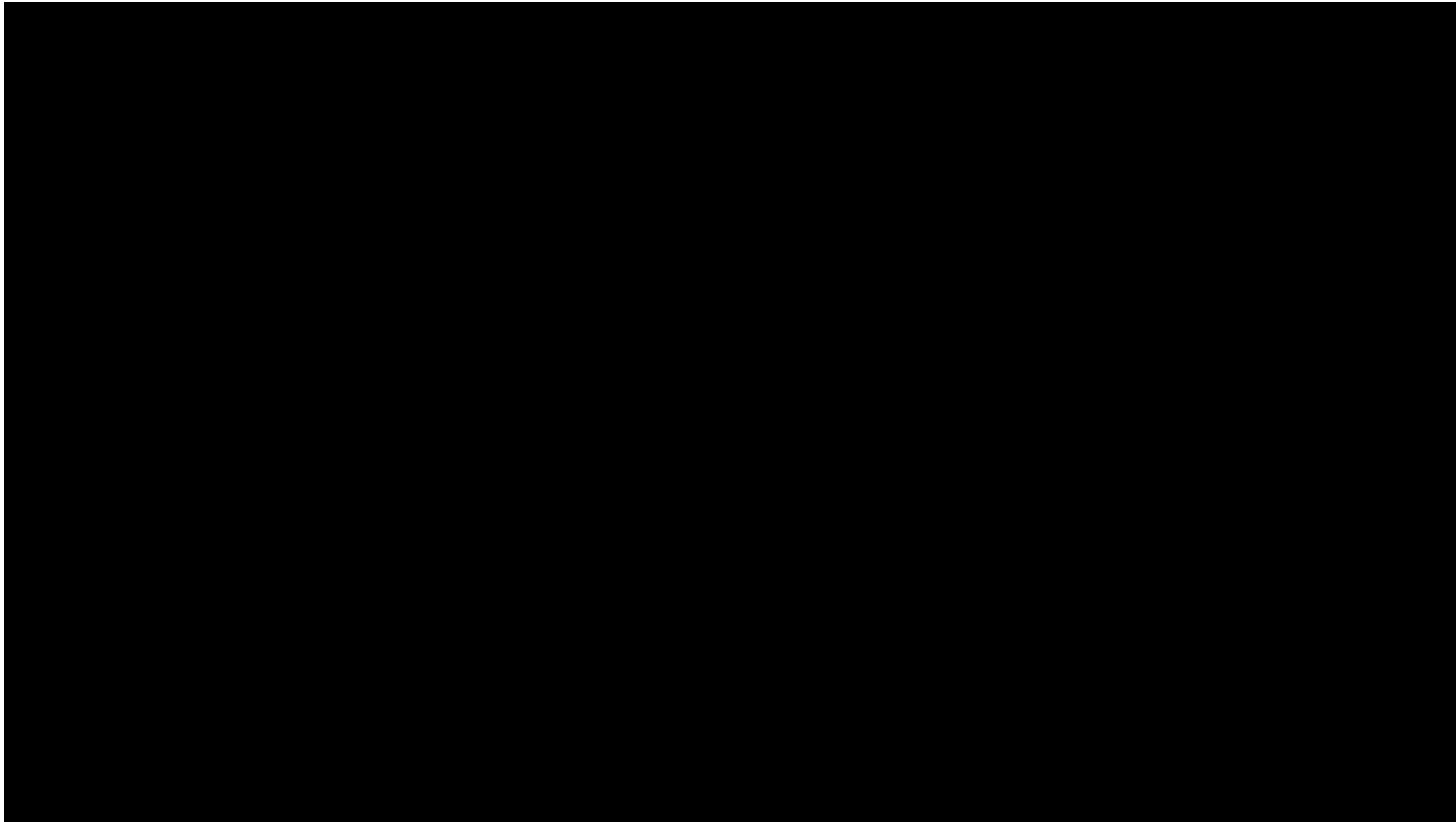
English > français >

A A+ A++ Print >

Share this content

f t G+






PARA SABER MAIS!

- OIT disponibiliza o CIF (Centro Internacional de Formação).
- Cursos específicos na área de aplicação de normas internacionais.

The screenshot displays the website of the International Centre for Training (CIF) of the International Labour Organization (ILO). The header includes the CIF logo and navigation options like 'O Centro', 'Áreas de especialização', 'Oferta formativa', 'Iniciativas de Apoio', and 'Recursos de aprendizagem'. A dropdown menu is open, showing a list of specialized areas including 'Adjudicação de contratos', 'Desenvolvimento de competências e formação profissional', 'Desenvolvimento rural', 'Economia informal', 'Empregos verdes', 'Formas de trabalho inaceitáveis', 'Fortalecer as organizações de trabalhadores', 'Gestão do ciclo de projeto e programa', 'Microfinanciamento', 'Normas internacionais do trabalho', 'Proteção social', and 'Trabalho digno e desenvolvimento sustentável'. Below the menu, there is a section titled 'Upcoming courses' with a card for 'Distance training in best practices in ILS reporting'.



RECOMENDAÇÃO




Centre international de formation

Le Centre ▾ | Domaines de compétence ▾ | Offre de formation ▾ | Initiatives d'appui ▾ | Ressources d'apprentissage ▾

Accueil | Domaines de compétence | Normes internationales du trav... | Normes internationales du trav... | Search itcilo.org

27 mai 2019 - 07 juin 2019

Normes internationales du travail pour juges, juristes et professeurs de droit



- > Description
- > Groupe cible
- > Objectif général
- > Objectifs spécifiques
- > Contenu
- > Méthodologie et matériels
- > Personnes ressources
- > Certificat de participation
- > Suivi

Date limite d'inscription: 12 avril 2019

Anglais - Français | A9012036 | INSCRIVEZ-VOUS

Turin | English - French | plus de cours en Normes internationales du travail

Contact us
jurist@itcilo.org

Costs
Frais de scolarité: 3150 €
Frais de séjour: 1400 €
Coût total: 4550 €

▼ Description

Le cours analyse les normes internationales du travail comme ressources pour la consolidation de la jurisprudence nationale en matière de travail et fournit du matériel et une méthodologie pour l'enseignement de cette matière.

▼ Groupe cible

Juges, juristes, professeurs de droit, conseillers juridiques des organisations d'employeurs et de travailleurs.



RECOMENDAÇÃO

- DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO-
Cláudio Jannotti Da Rocha e outros.
- Cartilha do Direito Internacional do Trabalho –
ANAMATRA
- Direito Internacional Público e Artigos sobre
Direito Internacional do Trabalho – Valerio de
Oliveira Mazzuoli





**TIRE
SUAS
DÚVIDAS!**



REFERÊNCIAS

AASP. Justiça do Trabalho aplica convenções da OIT contra conduta antissindical. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://aasp.jusbrasil.com.br/noticias/3028451/justica-do-trabalho-aplica-convencoes-da-oit-contr-conduta-antissindical?ref=serp>>. Acessado em: 26/03/2019.

ILO. Towards the ILO centenary: Realities, renewal and tripartite commitment. Geneva, 2013. Available at: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_213836.pdf>. Accessed on: 26/03/19.

UNISANTOS. CONVÊNIO CATÓLICA DE SANTOS-ACNUR (ONU). Santos, 2019. Disponível em:<<https://www.unisantos.br/internacional/convenios/convenio-unisantos-acnur-onu/>>. Acessado em: 26/03/2019

UNISINOS. SOBRE A LISTA SUJA DO TRABALHO. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/566124-sobre-a-lista-do-trabalho-escravo-do-brasil>>. Acessado em 26/03/2019.



CONTATO

leonardobg@adv.oabsp.org.br

Skype: leonardobg1990@hotmail.com

Telefone: (013) 99700-4040

